

CADEIRA 26

DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO BENEDITO PEDRO DORILEO

De quando em quando, apenas o ruído de uma carroça trepidamente, com rodas de madeira e aro de ferro, quebrava a monotonia da Rua Nova de terra vermelha. O veículo motorizado era raro.

O menino de calças curtas está sozinho na calçada, que tem pouca sombra no início da tarde, enquanto a gurizada não se reúne. O seu olhar, terno e ao mesmo tempo tristonho, tinha, embora, os olhos buliçosos.

A calma era santificada pelo ecoar das vozes dos meninos do Seminário da Conceição, que entoavam o *Tantum Ergo*, na majestosa Igreja de estilo gótico, no outeiro que divide o Mundéu da Prainha.

Infância plena de ingenuidade em cidadezinha serena e terra de respeito.

Logo mais, após cumprir as tarefas de Latim e decorar estrofes do Navio Negreiro, estava a meninada pronta para traquinagens. Apanhar mangas e jenipapos no grande quintal do Seminário era a alegria das tardes.

Mal chegava a noite e a algazarra juvenil dominava a rua, iluminada de ponto a ponto, onde o clarão amarelo era uma proporção pobremente aumentada do facho que caía de uma lâmpada em poste muito alto.

Cantavam alegres as meninas, pulando e batendo palmas, enquanto à distância estavam, na esquina, grupos de meninos.

A taipa de barro socado do Seminário, revestida de são-caetano, em noite escura, parecia mais um pano de boca bordado de pequeninas safiras ou esmeraldas, tal o número de vaga-lumes, os magníficos besouros alados.

A fosforescência das interessantes criaturas atraía-nos para um espetáculo singular, que nenhum artifício humano substituiu o seu lugar em minha saudade: a virgindade da nossa alma aliada à natureza simples e esplendorosa.

São imagens da minha vida de menino, na outrora bucólica cidade verde de Cuiabá, no tempo primeiro da fantasia, que enfeitava ingenuamente o meu pensamento.

Na infância e na juventude o livro e a argamassa estiveram constantemente em minhas mãos, estudava e empilhava mosaicos na pequena fábrica de Pedro Gratidiano Dorileo, meu pai.

E antecipo que não são nos dias de hoje que me debruço no passado. O passado para mim é vivo sempre. Revejo nas minhas crônicas de tantos anos atrás a mesma recordação, forte impressão marcada indelevelmente para sempre.

Não creio que alguém por mais metropolitano que seja não possua o seu bairro predileto, ou mesmo a rua dos seus sonhos vividos.

Dir-se-ia do bairrismo; isto até que é bom. Ninguém atinge o macro, desprezando o micro. O cosmo compõe-se de partículas, de átomos divisíveis.

Na Avenida Dom Aquino, ou Rua Nova, teve início o meu magistério. Ainda adolescente, reunia crianças e adultos para as aulas de alfabetização, à noite, com luz elétrica ou luz de lampião. Sentados na cadeira ou no chão, eu brincava de ensinar e houve surpresa quando percebera o resultado satisfatório.

Moço, eis-me feito instrutor do Centro de Instrução Militar, Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado, como seu oficial. Depois, professor do Liceu Salesiano São Gonçalo, quando, em 1960, já conquistava aprovação perante a CADES–Ministério da Educação e Cultura para lecionar Língua Portuguesa, em provas ministradas pelos mestres do Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro. Ou professor da Escola Técnica Federal, com admissão mediante concurso público, ou no Ginásio Dom Aquino, até atingir o Instituto de Ciências e Letras, em nível superior, em 1968, onde desempenhei os cargos de Chefe do Departamento de Letras e Presidente da Instituição.

Antes, em 1962, decorrido um quarto de século, quando me bacharelava em Direito, era eleito vereador da Câmara Municipal de Cuiabá, exercendo as funções de líder da maioria, secretário, vice-presidente e presidente. Afastei-me da vida política com a extinção compulsória dos partidos políticos.

O ingresso no Ministério Público, feito através de dois concursos para Promotor de Justiça e para Defensor Público, seria o caminho para exercitar o direito, após o período de advocacia, e atingir finalmente, por tempo de serviço, o cargo de Procurador de Justiça.

Nos cargos docentes de Vice-Reitor Acadêmico, de Vice-Reitor, ou de Reitor-Presidente da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, dirigi a implantação acadêmica e dei continuidade à organização global, com tarefas de propensões cativantes pela emulação criadora e fecunda.

A partir do paralelo 18º começa o Mato Grosso amazônico, e no centro geodésico da América Meridional, no sul do Estado, está a Universidade. Aqui, foi plantada a Uni-Selva em meio aos rudes cascalhos da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, por entre as tortuosas lixeiras do cerrado coxiponés, próxima dos pântanos, onde a natureza tem a sua reserva biológica mais extraordinária; ou da selva onde a mística do desconhecido desafia a ciência.

Daqui, outrora, ouvíamos os rumores da marcha para oeste, tão decantada em 1939, mas que não passaram até 1960 de belos cânticos dos poemas épicos de Dom Aquino Corrêa. Ouvíamos exultarem os visitantes estrangeiros por conhecer o Brasil nas praias de Copacabana; aqui, resistimos à invasão paraguaia, sofremos a solidão do isolamento, debatendo-nos com a doença tropical e com a miséria.

Porém, com a têmpera de Rondon, aprendemos a abrir picadas na selva, a conviver com os nossos irmãos índios, a morrer sem abandonar a terra, a estender os meios de comunicação, a organizar uma civilização, a guarnecer as fronteiras e a fortalecer o espírito de brasilidade.

Para a organização da Universidade dispúnhamos de uma lei especial, de 10 de dezembro de 1970, Dia dos Direitos Humanos, que propiciava inteira autonomia universitária. O Governo somente nomeou os membros do Conselho Diretor, sob a presidência do Reitor Gabriel Novis Neves e depois sob a minha presidência, e tudo aqui se laborou. Tivemos liberdade para o fazer e, posteriormente, para o pensar para fazer. O modelo de Mato Grosso poderia ter servido de exemplo.

Hoje, assisto constrangido a um retrocesso nas conquistas da vida universitária brasileira. Todas as Universidades de regimes jurídicos fundacional

ou autárquico estão enquadradas no mais requintado programa burocrático de controle central do governo. E vejo, no nosso caso, o terceiro Reitor Eduardo De Lamônica Freire em luta constante para bem administrar.

São passados quase vinte anos da Reforma Universitária de 1968, sob os impactos da movimentação da intelectualidade brasileira na época. Porém, o crescente volume de decretos, portarias e avisos têm reduzido o alcance da autonomia das universidades, sob uma preocupação desarvorada de controle financeiro das entidades chamadas de “estatais”, ferindo ainda mais as de organização fundacional, cujos princípios caracterizadores deveriam ser respeitados.

Se autonomia é um valor a ser conquistado, esta conquista deve ser progressiva o quanto têm correspondido os valores acadêmico, administrativo, científico e tecnológico da universidade brasileira.

A autonomia implica no direito de a Universidade exercitar a sua mais ampla missão social, formação integral do homem, com a prerrogativa de, com o apoio do Estado, orientar os seus programas de pesquisa, de ensino e de extensão. E, na extensão para o povo, prestar serviços e promover o alento da cultura.

Senhores,

Chego, assim, à Academia Mato-Grossense de Letras, relembro passos do meu caminho, para ocupar a cadeira de nº 26, eleito que fui na 136ª sessão, de 9 de março de 1974, sob a presidência do cultíssimo Gervásio Leite, cuja ausência, hoje, por motivo de saúde, deixa-nos um grande vazio.

Aqui, eu já estaria, há 13 anos; preferi, no entanto, mourejar e refletir. Demorei para vir, aguardei descer à planície onde estou. Os acadêmicos foram generosos na eleição e na espera.

Cultura e Língua Portuguesa

Logo antes, findi um grupo fraseológico falando sobre cultura. E sobre ela proponho-me analisar em síntese.

Encontramos na língua latina *cultura* do verbo *colere*, significar, inicialmente, o cultivo da terra, e ato de amansar, semanticamente evoluindo para o sentido de aprimoramento do saber e do poder humano na excelência do espírito.

O homem é o sujeito do bem cultural. A pele de carneiro, preparada com alume, torna-se o pergaminho. A madeira e o couro dão forma ao oratório.

O bem cultural é o ser da natureza transformado pelo homem. A ânsia de perquirir, combinar, fundir, transformar leva a mente humana ao infinito. José Ingenieros alude que *a cultura é o fruto da curiosidade, dessa inquietude misteriosa que convida a olhar o fundo de todos os abismos*. Assim, das profundezas dos vales alpinos aos misteriosos buracos negros das galáxias, haverá sempre uma mente angustiada, sondando o universo.

O homem recebe, cria, imprime a sua marca. Se cria o bem, pode aperfeiçoá-lo e aperfeiçoar-se. E Spengler afiança ser a cultura *a alma viva de um ciclo histórico, o produzir de um povo, de que a civilização é o produto, o resultado da sua realização criadora*. Insista-se, porém, que esta idéia-módulo

deve ser adaptada à idéia-processo; isto é, o espírito precursor em movimentos permanentes, atravessando tantos ciclos vitais em transformação.

Daí a função da cultura não se restringir à preservação de valores, mas transmissão do acervo cultural com estímulos para a produção e aperfeiçoamento da criatividade.

No caso brasileiro, a preocupação começa pelos valores e potencialidades regionais, reconhecendo as diferenciações que somam as qualidades heterogêneas da nossa cultura.

O amparo da educação e cultura, definindo em política governamental, é obra deste findante século XX.

Teria sido o México o primeiro Estado a prescrever na Constituição de 1917 princípios e normas educativo-culturais, seguido pela constituição russa de dois anos após.

No Brasil, a Constituição monárquica de 1824 limitou-se, num clima generalizado de preconceitos e repressões em terras recém-colonizadas, a conceder: *Nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria ou comércio pode ser proibido*. E seguia logo a advertência: *...uma vez que não se oponha aos costumes, à segurança...*(art. 179, XXIV)

A primeira Constituição republicana, de 1891, apenas na declaração dos direitos, fala do ensino leigo em estabelecimentos públicos. Nada mais que isto, nenhuma consciência nacional sobre a educação, tampouco a cultura. Algo começa a despontar em 1934, quando a Constituição estabelece competir à União a fixação do plano nacional de educação, sob a responsabilidade, na época, do Conselho Nacional de Educação. E, aqui, pela primeira vez, a obrigação da União dos Estados e dos Municípios em *favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalho intelectual*. (art. 148). Têm início os primeiros ensaios estatais com respeito à Identidade Cultural.

Repetem-se na Constituição decretada em 1937 os mesmos princípios (art. 128) com proscrição da palavra cultura; implícita, no entanto, de maneira forçada, na palavra arte. Pequena faceta que demonstra o culto da cultura ilustrada, portador do código reinado da elite dominante – o ornamento, a máscara da sociedade aristocrática, burguesa. Entrementes, para o estado-novo, ou mais propriamente para a *intelligentsia* era a substância necessária.

A robusta Constituição de 1946, essencialmente democrática, no capítulo da Educação e Cultura, a par de outros princípios para o ensino, foi expressa ao preceituar: *O amparo à cultura é dever do Estado* (art. 174). Estava ali bem claro o mandamento para a proteção da cultura nacional, dando guarida ao povo para assumir a sua identidade, a fim de enriquecê-la permanentemente, através de palavras, atos e obras.

O mesmo princípio foi reproduzido a Constituição de 1967 (art. 172) e assim permanecendo em 1969, quando a Lei Maior (art. 180) sofreu impositivamente as modificações da Emenda Constitucional nº 1.

A proteção e a preservação dos bens culturais, como os bens de valor histórico e artístico e até o de valor natural, não tiveram lugar na Constituição do Império ou na primeira da República.

As Assembléia Nacional Constituinte de 1934 inseriu no primeiro capítulo da Constituição (art. 10, III) como competência concorrente da União e dos Estados: *proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte*. Não se estendeu aos Municípios, o que foi corrigido na Constituição de 1937 (art. 134), considerando ainda a infringência um atentado contra o patrimônio nacional.

Particularizou ainda mais a Constituição de 1946 (art. 175), quando dispõe: *as obras, monumentos, e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público*.

Guardamos os mesmos princípios e mudando levemente a construção frasal, a Constituição de 1967, bem como a sua versão emendada de 1969, introduziram expressamente a proteção às jazidas arqueológicas (art. 172 e 180 §§ únicos), dando azo de projeção à antropologia cultural.

Vivemos, hoje, os momentos ansiosos da Assembléia Nacional Constituinte, e teremos uma nova Constituição da República. O projeto em tramitação elastece a amplitude de apoio, incentivo, proteção e produção da cultura brasileira, no Capítulo *Da Educação, Da Cultura e Do Desporto*.

Tomando a cultura como expressão-síntese de todas atividades criadoras de um povo, capaz de reunir alentadas razões para integrar a Nação e fortalecer o Estado, o documento básico da soberania, que é a Constituição, deve conferir-lhe o espaço protetor em seu conteúdo.

Se soberania é o poder de reger livremente a autodeterminação, a cultura, através do fator histórico, confere coesão ao povo. É a consciência histórica, a salvaguarda eficaz contra as agressões culturais externas.

Crescem as observações de especialistas sobre a impotência da educação tradicional para as condições de aprendizagem de hoje, incompatível com uma alucinante realidade.

O mundo mudou. A chamada *terceira onda* afoga conhecimentos estocados para o uso escolástico. Do ensino básico ao superior, questiona-se a defasagem.

Como providência emergencial, tem-se apelado para a Teleinformática ou Tecnologia Educacional, como tábua de salvação para um mundo em via de ser automatizado requisitando, meios de comunicação e de métodos combinados, que possam fecundar o desempenho da educação.

A educação tradicional vai cedendo lugar à educação informatizada, com surgimento da escola nova.

No entanto, a descontinuidade, cuja fenda no tempo distancia povos em sua cultura, mostra-nos gritante desigualdade em seus desenvolvimentos. Enquanto a Inglaterra adota a *open university* estimulada pela sua alta tecnologia, tribos africanas ainda conservam a simples tradição oral, transmitida de geração em geração, sem qualquer alcance aos recursos tecno-científicos.

Ainda assim, progressivamente, estas distâncias serão superadas e o globo terrestre tornando-se cada vez menor diante do poder da tecnologia. As naves espaciais rondam a terra espionando-a, penetrando em suas trilhas recônditas; os satélites tornam-se rotineiros em suas tentações de ver e ouvir os passos do homem.

E parece que é inevitável o acontecer da *aldeia global* de Marshall McLuhan, quando as nações interligadas pela televisão em escala mundial. Nos palácios ou nas choupanas, cidades e vilas, as suas ondas chegarão desconhecendo as simbólicas fronteiras.

São eufóricas as expectativas pela aproximação da hora do rompimento final das lindes, quando não mais soarão, na comunicação caída dos satélites, os hinos de cada nação, quando os dísticos culturais estarão confusamente representados.

E assim acontecendo, evidencia-se, por outro lado, o enfraquecimento da individualidade cultural de cada povo, de uma nação, principalmente daquelas com menor poder de sedimentação social e vulnerabilidade econômica. E nem há de estranhar esta conotação pela visão de cultura ligada ao estágio de desenvolvimento. A educação terá na sua matéria-prima uma cultura mesclada pelas informações interchocantes.

Surge, então, a necessidade de fortalecimento da identidade própria, caracterizadora do ser-povo.

É evidente que não existe cultura fechada às demais, seria a própria esclerose. Uma cultura necessita da outra, com a obrigatoriedade de cada qual proteger-se e enriquecer-se permanentemente. Dessa forma, assegura-se o pluralismo e, competitivamente, lucram todas as nações.

A identidade cultural fortalece os elos da nação, dando-lhe condições de fazer prosperar o estado, através de fatores históricos e lingüístico.

O primeiro, envolvente da consciência histórica lastreada no passado, alimentada pelas lutas do presente e pelos anseios do futuro. A soberania nela se assenta para definir a unidade do povo, perante a pluralidade dos grandes agrupamentos sociais organizados.

O segundo, desta a importância da Língua como veículo de comunicação, mas sobretudo como patrimônio cultural. Charles Bally, em *La Langage et la Vie*, chega a sustentar: *a língua é o bem mais essencialmente próprio do povo, a manifestação mais viva do seu caráter, o bem mais enérgico da sua cultura.*

O grande instrumento de coesão na educação e na cultura é portanto a língua. A sua integridade é indispensável, isto é, integridade de vida, que naturalmente acompanha as mutações próprias das coisas dinâmicas.

No Brasil, temos a felicidade do cultivo de uma só língua, em comparação com nações que adotam dois, três ou mais idiomas como a Suíça (alemão, francês, italiano e o reto-românico). Ainda que se tenha a pretensão de uma língua brasileira pelas variações que uso, a sua estrutura é uma só, aqui, em Portugal ou na Guiné Bissau, como língua portuguesa.

Se nos ativermos, no entanto, aos aborígenes, vamos encontrar no território brasileiro, tantas nações indígenas e tantas línguas amplamente diversificadas. É motivo de estudo apropriado, salientando, desde logo, que

temos, no Projeto da nova Constituição, expressamente, pela vez primeira, a definição da língua portuguesa como língua nacional, bem como o reconhecimento das línguas indígenas.

O mau uso da língua vernácula sempre provocou reações. Estávamos em 1974, quando, no concurso vestibular de metade de ano, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro propôs aos candidatos uma redação (dissertação) sobre: *O significado do Movimento Modernista no Brasil*. Foi o grande fracasso, a começar pelo desconhecimento total do assunto ou por flagrante incapacidade de articulação de idéias na língua de berço, a língua portuguesa.

Na época, a repercussão foi acentuada na imprensa, atingindo o Ministério da Educação e Cultura, instituições como Academias de Letras e Universidades. Periodicamente, há um despertar ruidoso em defesa da língua pátria, ainda que o saldo seja quase irrelevante – ou o problema é tão tormentoso que provoca tantas investidas.

Em 1975, organizou-se a Campanha de Restauração da Linguagem, em Minas Gerais, com elaboração de um memorial ao Presidente da República, pedindo socorro para *salvar a língua portuguesa*. Após algum tempo, o documento foi analisado pelo Conselheiro Abgar Renault do Conselho Federal de Educação, que desabafou: *abastardamento do vernáculo*. Teceu críticas severas à escola, à imprensa, aos tradutores e aos outros setores responsáveis. Em seu Parecer concluiu pela redação obrigatória nos exames vestibulares.

A Universidade de São Paulo, em 1975, liderou a iniciativa, exigindo redação para todos os candidatos aos seus cursos. No ano seguinte, o MEC anunciou a obrigatoriedade da redação em todas as escolas oficiais, nas provas de ingresso em Instituição de Ensino Superior-

O Seminário Nacional de Assuntos Universitários de 1975, em Brasília, tratou do assunto e o MEC se viu obrigado a baixar Portaria coercitiva (nº 319/76) para incluir cursos de Língua Portuguesa nos projetos de treinamento de docentes do primeiro e segundo graus; e, ainda, revisão dos programas de habilitação de professores em nível de segundo grau.

A participação da Academia Brasileira de Letras veio logo. Em reunião, de dezembro de 1975, decidiu-se: *A Academia Brasileira de Letras tem acompanhado com extremo interesse os recentes pronunciamentos de entidades culturais e órgãos de informação, quanto à desídia com que a língua nacional vem sendo utilizada. Reconhecendo estar em causa algo relacionado com a própria sobrevivência da nacionalidade, considera de seu dever apontar algumas das mais relevantes providências para assegurar o domínio da língua portuguesa, como expressão de cultura e como instrumento essencial de comunicação. Importa resguardar o idioma como um bem comum, tanto mais de cada um quanto o mais o for de todos.*

Com tal providência, a Academia não se incorporou, propriamente, em lutas a favor da gramática normativa, listando erros ou condenando formas, porém propôs um estudo da língua portuguesa, que faculte uma compreensão real do fato lingüístico, capaz de destacar o caráter sistemático e a estrutura da linguagem.

A Academia, quando fala em expressão de cultura, não está agasalhando o pseudocientifismo estruturalista, tampouco sublimando o hermetismo literário. Está reafirmando o viço da língua portuguesa, que renasce constantemente no linguajar do povo, a necessitar, entretanto, de contornos sustentadores das suas raízes.

A deterioração do idioma é um dos componentes da crescente inversão de valores, neste fim de século, uma virada perniciososa, que comodistas tentam explicar: *é o tempo, é assim mesmo*.

Nada disso, onde está o brio nacional? Ninguém desconhece o dinamismo natural, ou a mutação natural da vida, mas valores permanentes da nacionalidade são preservados por todos os países civilizados, acompanhando cautelosamente o tempo. Na França, em 1976, o governo sancionou lei proibindo o emprego indiscriminado de palavras estrangeiras em publicidades, numa demonstração de que os franceses estão vigilantes em defesa do seu mais caro patrimônio cultural, que é a cantante língua francesa.

O que não pode haver da nossa parte é concessão diante do abuso. Talvez, os defensores dos arbitratismos léxico e sintático não se dispõem a pesquisar o que acontece em outros países ciosos do seu patrimônio cultural.

Como também não se pode ignorar a assertiva de Michel de Certeau: *a cultura é absurdo se a língua – produto, instrumento, regulamentação – deixa de pertencer a quem fala, se se volta contra seus falantes, convertendo-se em arma de discriminação social*. Tão forte a asserção, contratas com a postura de certos lingüistas. O meio termo, o equilíbrio devem ser perseguidos na vigília de culto à língua. Cabem reflexões e vamos examinar os entendimentos da sociedade, principalmente dos jovens. Quais as influências sociais, econômicas, políticas, espirituais que estão sofrendo? A linguagem pode estar refletindo as suas próprias crises.

Possamos nós meditar sobre a língua portuguesa, cujo domínio estende-se por dez milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente a sétima parte da terra, falada por cento e cinquenta milhões de pessoas, em quatro continentes. Ocupa o quinto lugar dentre as línguas mais difundidas, somente precedida pelo chinês, o inglês, o russo e o espanhol.

Esta Academia Mato-Grossense de Letras, com as demais congêneres, por certo, haverão de substanciar com estudos e ações as bases vitais da língua portuguesa e fortalecer a nossa identidade cultural, como instrumento privilegiado do desenvolvimento individual e do desenvolvimento harmônico da sociedade. E fortalecendo a cultura do povo, promove-se a unidade nacional.

Patrono

Joaquim Duarte Murtinho é o patrono da Cadeira de nº 26 desta Academia. Terceiro filho do casal José Antônio Murtinho e Dona Rosa Joaquina Pinheiro Murtinho, sendo o seu nome uma homenagem ao avô materno Joaquim Duarte Pinheiro.

Nascido em Cuiabá, em 7 de dezembro de 1848, ontem, já 139 anos, foi levado à pia batismal na Catedral do Bom Jesus, em 28 de setembro de 1849.

Privilegiado de inteligência, realiza os seus estudos no Seminário da Conceição em Cuiabá, e conclui o curso secundário no Rio de Janeiro. Enquanto

os seus irmãos José e Manuel encaminhavam-se para as Faculdades de Medicina e de Direito, respectivamente, Joaquim Murтинho prefere a Escola Central, que se destinava *ao ensino das matemáticas das ciências físicas e naturais e das disciplinas próprias da Engenharia Civil*.

Entretanto, cursando as ciências exatas, a luz do seu espírito leva-o a matricular-se na Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, concluindo a Escola Central, em março de 1870, com distinção em Economia Política, como bacharel em ciências físicas e naturais. A complexidade das ciências em campos diferentes não lhe turvou a mente. Concluiu, também, o curso de Medicina, em dezembro de 1873, defendendo a tese sobre o estudo patológico, em que sustentava os fundamentos da homeopatia.

Os pendores para o magistério foram rebelados desde cedo na Escola Central, como professor de química orgânica experimental, lecionando até 1891, ainda, as disciplinas meteorologia, biologia industrial e zoologia.

Além da docência, Joaquim Murтинho dedicava-se intensamente à medicina, interessando-se cada vez mais pela cura homeopática; a terapia de *similia similibus curantur*. E para os menos favorecidos, para os pobres, empenhava o seu maior esforço. O médico ia progressivamente assumindo o lugar do engenheiro.

Dentre os que escreveram, destaco o grande biógrafo de Joaquim Murтинho, o historiador Virgílio Corrêa Filho, em obra editada por ocasião do seu centenário de nascimento, em 1948, que trouxe à lume a sua vida nas mais diversas facetas. E sobre o médico alude o *Jornal do Comércio* que publicara: *No fazer um diagnostico, a sua intuição médica revestia às vezes um caráter quase divinatório, definindo logo o mal por uma afirmação categórica, que os elementos de pesquisa no laboratório e a própria marcha da doença não faziam senão confirmar. Assim se explicam as curas assombrosas, que obteve em muitas ocasiões em que a escola alopata desenganara*.

E a intelectualidade brotava-lhe na alma. Passa a escrever, produzir com intensidade para defender as suas convicções científicas, e uma série de trinta e quatro artigos refutam o parecer da Faculdade de Medicina, contrário à criação de cadeiras para o ensino da homeopatia.

O vigor científico de Joaquim Murтинho dava-lhe destaque internacional. E este vigor assegurou-lhe a sua posição de Homem de Estado.

Em 1889, dá-se o advento da República e Joaquim Murтинho é o político de alta projeção no cenário nacional, participando como Senador por Mato Grosso da primeira Constituinte Republicana, que resultou na Constituição de 24 de fevereiro de 1891, substituindo a do Império de 1824.

Como médico particular do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, exerce poderosa influência na política do seu Estado, como se observou na nomeação do primeiro governador General Antônio Maria Coelho, bem como na sua exoneração, em momentos difíceis de rearticulações partidárias.

Deodoro da Fonseca governara o País até novembro de 1891, quando entregou o Poder ao Vice-Presidente Marechal Floriano Vieira Peixoto, que governaria até novembro de 1894. Prudente José de Moraes Barros é o terceiro Presidente, governando até novembro de 1898. Enfermo, Prudente de Moraes

afastou-se no período de novembro de 1896 até março de 1897, assumindo nesse lapso o Vice-Presidente Manuel Vitoriano Pereira, que promoveu reforma ministerial. Joaquim Murtinho é lembrado e assume o Ministério da Indústria, Comércio e Obras Públicas, permanecendo até outubro de 1897, quando Prudente de Moraes já novamente governava o País.

Nesta pasta ministerial, Joaquim Murtinho deteve-se de maneira aguda a examinar a situação da indústria nacional, *anômala, irregular e profundamente viciosa*.

A Introdução do seu primeiro relatório era um programa de governo, abrangendo globalmente os problemas político, social e econômico do País.

Em novembro de 1898 assume a presidência da República Manuel Ferraz de Campos Sales, para governar até novembro de 1902.

A visão de estadista, demonstrada na pasta anterior, impressionou a Nação. Joaquim Murtinho torna-se Ministro da Fazenda de Campos Sales, em hora da mais séria crise financeira e econômica do Brasil, dobrando o século para permanecer até setembro de 1901, quando retornou ao Senado.

Campos Sales fazia questão de sustentar que pertencia ao grupo dos homens *que servem à Republica e não dos que se servem da República*. Joaquim Murtinho estava incluído no grupo do Presidente.

O Ministro mato-grossense fez consistir na constituição econômica a base da regeneração financeira do País.

Quando, em novembro de 1902, assumiu o governo Francisco de Paula Rodrigues Alves, estavam as finanças brasileiras restauradas e estabilizadas.

Faleceu Joaquim Murtinho, com 63 anos de idade, em 19 de novembro de 1911, sendo sepultado no cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.

Homem bom. Jamais lhe faltaram a humildade e a prudência. Em toda a vida pública ou no recolhimento privado, nunca desprezou a medicina, esforçava-se para curar sempre.

O Antecessor

Tenho por antecessor o Acadêmico Desembargador Oscarino Ramos, que tomou posse, no Centro Mato-Grossense de Letras, em 7 de setembro de 1923, substituindo na época o Acadêmico Joaquim Gaudie Ley de Aquino Corrêa. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Filho de Mariano Ramos e de dona Rosa Pereira Leite Ramos, nasceu em Cáceres, Mato Grosso, em 1º de novembro de 1891, vindo a falecer, em Cuiabá, em 6 de março de 1969, com 78 anos incompletos.

Muito moço, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais no Rio de Janeiro, para vir a exercer, depois, cargos no Ministério Público e na Magistratura de seu Estado.

Honrou sobremaneira a toga que vestiu, crendo na Justiça, como *o Direito iluminado pela Moral, para facilitar o multifário desenvolvimento da vida social*. Atingiu a Presidência do Tribunal de Apelação e do Tribunal Eleitoral.

Nas letras, Oscarino Ramos tinha, desde a juventude, presença constante em jornais e revistas do Estado, principalmente na Revista da Academia Mato-Grossense de Letras, com publicação de contos, crônicas e poesias.

Quando se tornara Acadêmico, disse o poeta com humildade: *Nunca, jamais tive alguma pretensão literária. É certo que, em tempos idos, produzi alguns versos, chegando a minha temeridade ao ponto de publicá-los. Desses pecados da minha juventude, não me penitencio. Eles são ressonância de uma vida que ficou lá longe, o único perfume de uma idade florida, toda pontilhada de amores, sonhos e loucuras.*

Na Academia, compôs, com Dona Maria de Arruda Müller e Gervásio Leite, em 1948, a Comissão de Revista e Bibliografia.

De bom estilo, produzia peças oratórias admiráveis, como se lê no seu discurso de recepção ao Acadêmico Nicolau Fragelli, em 1947. Entre o romantismo, cantou belamente a vida:

Angelus

Pás de sombras no túmulo do Dia...

Horas de evocações... choram trindades...

A voz do sino é o echo de agonia

De alguém que anda morrendo de saudades (1ª estrofe)

Oscarino Ramos: na sua posse nesta Casa, José Raul Vila chamou-o de *suave artífice das musas*, da minha parte resta reverenciar o seu admirável talento criador.

Homenagens e termo

Permiti, Senhores, que, ao cabo deste discurso realize homenagens:

I – Póstumas:

Wanir Delfino César – cuiabano, nascido em 26 de agosto de 1922. Sacerdote, sublimou o evangelho; poeta, cantou a fé; jornalista, pregou a verdade.

Morreu a 13 de julho de 1972, na Presidência da Academia Mato-Grossense de Letras, há três lustros atrás. A sua obra é imperecível e deve ser cultivada.

Rubens de Mendonça – cuiabano, nascido em 27 de julho de 1915. O historiador por excelência, dá a impressão de que passou a vida a pesquisar e escrever. O volume da sua obra torna-se fonte permanente na nossa história. Poeta e jornalista, impregnado sempre de altíssima convicção de garimpar a riqueza cultural do centro-oeste brasileiro. Morreu a 3 de abril de 1983, Domingo da Ressurreição, no cargo de Secretário-perpétuo da Academia Mato-Grossense de Letras.

Meus Pais Pedro e Joaquina – Memória e culto eterno do filho que usa a palavra. Creio que vou reencontrá-los na outra vida.

II – Aos atuais Presidentes da Academia e do Instituto Histórico e Geográfico

Honoré Balzac assinala que os *homens são como os livros, muitas vezes são apreciados tarde em demasia.*

O Presidente da Academia Mato-Grossense de Letras, doutor Lenine de Campos Póvoas – jurista, professor eminente de Direito, jornalista, escritor, político, é uma das mais lídimas expressões da inteligência mato-grossense.

Dirige a Casa Barão de Melgaço com equilíbrio e elegância de maneiras. Estou com Sílvio Curvo: *Lenine teria sido um grande Governador de Mato Grosso*.

O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – doutor Luis-Philippe Pereira Leite – homem do Direito, expressão do *homo totus*. Devoção à vida pública de 50 anos de trabalho honesto e abençoado pela sua vida espiritual, pois completa, também, 50 anos de Congregado Mariano. Historiador consagrado. Pôs a seu serviço todo o vigor de uma cultura aureolada por uma formação cristã inabalável.

III – Ao Acadêmico da Recepção – Estará a recepcionar-me a figura respeitável de João Antônio Neto. Dele, afirmou o saudoso historiador Amidicis Tocantins, em seu último escrito antes de falecer recentemente: *...cujo talento de saber dá-lhe uma posição de grandeza entre os seus pares da judicatura conterrânea*. Referia-se à sua última obra *História do Poder Judiciário de Mato Grosso*, estimulada pelo Desembargador Benedito Pereira do Nascimento, então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

João Antônio Neto é admirado na magistratura, no magistério, nas letras, na poesia. E acredito que somente um poeta poderia tolerar a incumbência de receber o pobre empossando.

IV – Ingresso nesta Academia, no dia 8 de dezembro de 1987, Dia da Conceição Imaculada, Dia da Justiça, Dia Nacional da Família. É da Mãe de Deus a inspirar a justiça dos homens e o núcleo da sociedade.

Não poderia haver melhor ensejo, neste Ano Mariano, assim declarado por Sua Santidade o Papa João Paulo II, na Encíclica *Redemptoris Mater*. À Maria, Mãe espiritual da humanidade, pelo a intercessão para que nos proteja; a todos os presentes eu sou reconhecidamente grato.

Muito obrigado.